

RUI GAUDÊNCIO

À primeira vista, parece que nada acontece no Pavilhão Branco. Dir-se-ia um lugar em espera, um espaço tar-do-modernista, todo feito em betão e vidro, em eterna espera da condição temporária de todas as exposições que acolhe, vazio, neste momento. Isto torna de imediato a visita paradoxal: a primeira experiência que se impõe quando entramos é, para além das próprias características físicas do lugar, a da exuberância do jardim exterior. Depois percebemos que existe um arame finíssimo pendurado nas duas salas. Não se toca no arame, pois não se deve tocar numa obra de arte, e sobe-se ao primeiro andar. Aqui, o desenho - chamemos-lhe assim - que o fio metálico inscreve sobre o vazio do espaço complexifica-se. A certo ponto, há um chocalho pendurado algures, no meio dele. Entendemos então que é suposto não apenas tocar na obra, como puxá-la, fazê-la soar.

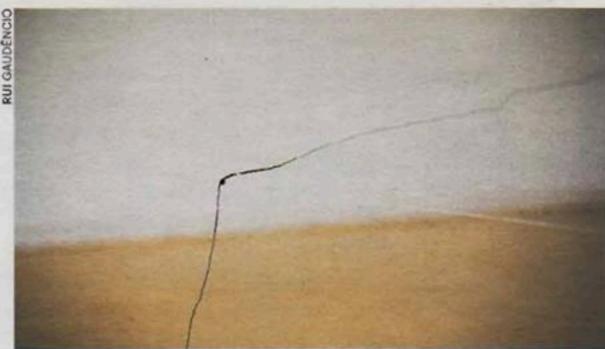
Esta parece ser assim a exposição de um som, antes de mais nada. Exposição, em primeiro lugar, no sentido literal da palavra. Não é habitual ouvir nem identificar um chocalho, um objecto mais próprio do meio rural onde é aviso de presença de animal utilitário, na sofisticação urbana de uma sala de exposições de arte contemporânea. Armanda Duarte, num texto que acompanha *Tambor*, chama-lhe “breve e ligeiro corpo sonoro.” E explica a sua presença através do estudo do lugar onde se situa o Pavilhão Branco, no meio dos jardins do Palácio Pimenta, hoje Museu da Cidade. Fala ela de um portão que se abre numa via recta, ladeada à direita por relvado e à esquerda por denso arvoredo a rodear aquele edifício. Fala também da presença constante do som: o ruído incómodo do trânsito que ressoa no piso elevado da circular contrapondo-se aos gritos dos pavões, e serve-se de palavras como “*masquant*” e “*masqué*” para significar a sobreposição autoritária do primeiro sobre os segundos. Menciona, finalmente, a questão do desequilí-

brio, e de como o desenho em arame, quebrado pela presença sonora do chocalho, se institui como uma ruptura, uma quebra, uma perplexidade na continuidade sem erros do espaço moderno. Que, acrescentamos nós, é ainda perturbado pela presença quase imperceptível de uma pequena sala de arrumos cheia agora de elementos que reforçam a memória do exterior neste interior da estrutura do lugar: pedaços de vegetais, vidro, pele de animal, papel, linho, algodão.

Dir-se-ia que este desequilíbrio de que a artista fala é, no fim de contas, aquele que toda a obra de arte gera no momento em que é reconhecida como tal. Os materiais de que Armanda Duarte se serve para criar recordam, na sua simplicidade, as primeiras manifestações artísticas do homem: conchas decorativas, pedaços de pigmento que se adivinham numa conta perfurada vinda da pré-história, incisões sumárias em fragmentos de osso ou mesmo já nas paredes de cavernas e fragas que indicam o pensamento artístico. Este é um pensamento que recusa desde sempre a utilidade imediata de um gesto específico em favor de uma intenção mágica ou estética. Nunca saberemos o que se passaria na mente do homem de há 40.000 ou 50.000 anos que assim criava. O que sabemos, com toda a certeza, é que esse gesto, provavelmente precedido pelo som masquant dos “breves e ligeiros corpos sonoros” do tempo, é humano.

Há uma história deste quase nada que já é arte que está e estará por fazer. Muito tempo depois, Duchamp fazia uma “criação de pó” que estabelecia uma ponte com essa antiquíssima prática que separava a arte daquilo que não era arte. No fundo, há aqui um gesto autoral que opera esta separação das águas. Um gesto que separa, que escolhe, recolhe, guarda e dispõe, como aquele que precedeu a montagem na sala de arrumos do pavilhão. E um gesto, mais sintético, que modifica o desenho do arame no espaço moderno, transformando-o num som. É tudo, assim, uma questão de origem.

Um não-sei-quê que já é arte



RUI GAUDÊNCIO

Um chocalho, um arame, folhas mortas e pouco mais constituem a mais recente individual de Armanda Duarte.

Luísa Soares de Oliveira



Tambor
De Armanda Duarte

LISBOA. Galeria Municipal - Pavilhão Branco. Campo Grande, 245. De 3ª a domingo, das 10h às 13h e das 14h às 18h. Até 21 de Fevereiro.